

POR QUE NÃO SER UM RELATIVISTA SOBRE ATRIBUIÇÕES DE CONHECIMENTO

Bruno Henrique Uchôa¹

Resumo

Tem havido muito interesse nos últimos anos na semântica de frases que atribuem conhecimento. Porém, mesmo em meio a tanto interesse, nada está, de uma forma geral, plenamente estabelecido. John MacFarlane tenta dar uma solução a tal impasse juntando as virtudes do contextualismo e do invariantismo relativo a interesses e rejeitando seus problemas. Ao fazer isto, ele cria uma nova posição, chamada de “relativismo da verdade”. Neste artigo, argumentaremos que o relativismo da verdade não é superior nem contextualismo nem ao invariantismo relativo a interesses.

Palavras-chave: John MacFarlane, Relativismo da verdade, Atribuições de conhecimento, Contextualismo, Invariantismo relativo a interesses.

Abstract

There has been much interest in past years in the semantics of sentences that ascribe knowledge. However, even in the midst of so much interest, nothing is, in general, fully established. John MacFarlane tries to give a solution to this impasse by joining the virtues of contextualism and interest-relative invariantism and rejecting their problems. In so doing, he comes up with a new position, called “truth relativism”. In this paper, we will argue that truth relativism is superior neither to contextualism nor to interest-relative invariantism.

¹ Mestrando em filosofia pela Universidade Federal da Paraíba - Departamento de Filosofia - João Pessoa, PB. E-mail: brunogwood@hotmail.com

Keywords: John MacFarlane, Truth relativism, Knowledge attributions, Contextualism, Interest-relative invariantism.

Introdução

Há uma enxurrada recente de tentativas de explicação da semântica de frases de atribuição de conhecimento. Um consenso, porém, está longe de ser alcançado. *Contextualistas e Invariantistas relativo a interesses* têm consequências desagradáveis para suas teorias. O ponto de cada posição é defender que suas respectivas consequências afetam menos sua teoria do que afetam a outra. Assim, o contextualista tenta mostrar que sua teoria sofre de problemas menos graves que o invariantismo. O invariantista, por sua vez, tenta mostrar que o contextualismo sofre de problemas mais desagradáveis. Motivado por tais preocupações, alguém poderia tentar resolver o impasse adotando as virtudes das duas posições e rejeitando suas consequências indesejáveis. Este é, por exemplo, o caminho adotado por John MacFarlane. Ele propôs uma nova perspectiva para o problema das atribuições de conhecimento, a qual chama de *Relativismo da verdade*.

Neste artigo, eu proponho apresentar o relativismo como exposto por MacFarlane. Para isto, farei antes uma abordagem breve sobre o invariantismo relativo a interesses (distinguindo de outros invariantismos) e o contextualismo que servem de mola propulsora para o relativismo. Em seguida, mostrarei panoramicamente os problemas clássicos que as duas posições enfrentam. A partir daí, eu apresentarei a posição de MacFarlane propriamente dita e sua alternativa para resolver esses problemas clássicos. Em seguida, mostrarei como a proposta de MacFarlane depende de uma posição semântica não ortodoxa sobre proposições atribuída a David Kaplan; mostrarei também como sua proposta é hesitante sobre pontos importantes que deveriam ser explicados. E, por fim, argumentarei que sua posição parece apenas um *ad hoc* feito sob medida para resolver os problemas relacionados às atribuições de

conhecimento. Agora, se essas coisas forem verdadeiras, como pretendo mostrar que sim, o relativismo não é uma posição melhor que o contextualismo e o invariantismo relativo a interesses.

2 Invariantismo e contextualismo

2.1 O invariantismo e seus problemas

Antes de qualquer coisa, devemos distinguir dois tipos principais de invariantismo. O primeiro tipo é o *invariantismo estrito*, que pode ainda ser distinto em invariantismo estrito de alto padrão e invariantismo estrito de baixo padrão. A primeira distinção desse tipo defende que a evidência para alguém dizer que sabe algo deve ser constante e bastante elevada para a semântica de “sabe”. Tão elevada que dificilmente, ou nunca, alguém satisfará os requerimentos para dizer que *sabe que p*. Essa é a posição cética. A segunda distinção desse tipo mantém a evidência constante, mas com requerimentos bem mais frouxos. Assim, alguém não precisa alcançar uma posição epistêmica muito sólida para dizer que *sabe que p*. O segundo tipo é o *invariantismo relativo a interesses* (também conhecido como invariantismo sensível ao sujeito) que, diferente do invariantismo estrito, permite que a força da evidência varie com o sujeito do conhecimento e com a *circunstância de avaliação* que pode ser tempo e mundo possível. Além do mais, a situação prática do sujeito será determinante para dizer se o sujeito *sabe que p*. Mas o que é que faz com que se classifiquem todas estas posições como invariantistas? Embora discordem sobre que estados de coisas do mundo (se a

satisfação de altos requerimentos, se a satisfação de requerimentos mais frouxos ou se a situação prática do sujeito) são suficientes para alguém está numa relação de conhecimento para uma proposição, elas concordam que a resposta à questão é *independente do contexto* (cf. MacFARLANE, 2009b).

Para MacFarlane, o problema enfrentado pelo invariantismo estrito é a aparente variação dos padrões epistêmicos. Suponha que eu vou à universidade e lá estaciono o carro. Eu posso dizer que sei que o carro está estacionado na universidade. Mas se alguém me pergunta como eu posso saber se meu carro não foi roubado ou removido por ter sido estacionado na vaga do reitor, eu respondo que não sei sobre essas questões. Parece assim que eu sou obrigado a retirar minha primeira afirmação. Eu diria que sabia, mas não sei mais? O ponto é que houve uma variação do padrão epistêmico que era baixo quando eu primeiro fiz a afirmação de que sabia que o carro estava estacionado na universidade, mas que foi elevado quando algumas possibilidades que eu não consegui afastar me foram apresentadas. Sobre isto, Stewart Cohen nos diz:

Algumas vezes nós vacilamos em considerar as alternativas céticas como relevantes e as descartamos como irrelevantes. Supondo que o valor de verdade de uma atribuição de conhecimento é sensível ao contexto, apenas deste modo, fazemos justiça tanto a força inegável dos argumentos céticos quanto a nossa forte inclinação a dizer que nós conhecemos coisas na vida cotidiana. Deste modo, eu desejo defender que o conhecimento é construído como um indexical. Como tal, um falante pode atribuir conhecimento a um sujeito, enquanto outro falante nega conhecimento a este mesmo sujeito, sem contradição (tradução nossa)².

² COHEN, 1988, p.97. "Sometimes we vacillate between considering skeptical alternatives as relevant and dismissing them as irrelevant. By supposing that the truth-value of an attribution of knowledge is context sensitive in just this way, we do justice to both the undeniable force of skeptical arguments and our strong inclination to say that we know things in everyday life. Thus, the theory I wish to defend construes 'knowledge' as an indexical. As such, one speaker may attribute knowledge to a subject while another speaker denies knowledge to that same subject, without contradiction".

Esse é um problema a ser enfrentado pelo invariantista estrito, segundo Cohen, porque, nesses casos, os falantes parecem não voltarem atrás em suas atribuições de conhecimento ordinárias, mas apenas quando os padrões forem elevados. Se há tal variação de padrão, a reivindicação de que o padrão seja fixo passa a ser problemática para o invariantista estrito.

Já para o invariantismo relativo a interesses, o problema é que supostos operadores modais e temporais podem mudar as circunstâncias de avaliação. Reconsidere a história do carro estacionado na universidade. Se for adicionada uma circunstância temporal, por exemplo, e alguém me questiona se eu sabia que meu carro estava estacionado na universidade no intervalo do almoço, será estanho se eu pedir para o falante lembrar-me de que padrões estavam em jogo naquele horário. O problema para o invariantista relativo a interesses explicar minha afirmação de conhecimento antes que os padrões aumentassem e depois explicar a retração de minha afirmação com os padrões elevados no intervalo do almoço é que ele terá de recorrer à cegueira semântica.

Se essas questões estiverem corretas, o invariantismo estrito, que mantém o padrão epistêmico fixo, e o invariantismo relativo a interesses, que aceita a variação das circunstâncias de avaliação, têm consequências indesejáveis que precisam ser explicadas. Contudo a situação ainda seria um tanto melhor para o invariantismo relativo a interesses, pois a variabilidade de padrões não seria um problema a ser resolvido.

2.2 O contextualismo e seus problemas

O contextualismo é uma proposta que surgiu para responder ao invariantismo. Os contextualistas defendem uma tese semântica (e a aplicam à epistemologia) que diz que as condições de verdade das atribuições e negações de conhecimento são sensíveis ao contexto de uso, ou seja, ao contexto na qual são proferidas. Condições de verdade, *grosso modo*, é a distinção que fazemos de uma frase afirmando ser ela verdadeira ou falsa. Quanto à terminologia de “atribuições de conhecimento”, ela é empregada quando afirmamos (ou atribuímos) que um determinado sujeito sabe determinada coisa. Por exemplo, se digo “Jonas sabe que hoje é terça-feira”, estou atribuindo conhecimento e dizendo que ele não está enganado sobre que dia é hoje. Por conseguinte, as “negações de conhecimento” seriam exatamente o oposto. Aproveitando o exemplo, diríamos que “Jonas *não* sabe que hoje é terça-feira” e estaríamos, assim, negando que Jonas soubesse que dia é hoje.

Isso suscita duas outras nomenclaturas características nas discussões contextualistas: a primeira delas é *sujeito do conhecimento*; e a segunda, *atribuidor do conhecimento*. O sujeito do conhecimento, às vezes, chamado de *suposto* (ou *putativo*) *conhecedor* seria aquele de quem dizemos saber ou não saber algo. No nosso exemplo, Jonas seria o sujeito do conhecimento. Na primeira frase, digo que ele tem conhecimento e, na segunda, digo que ele não tem. Isso me faz ser o atribuidor do conhecimento, às vezes, chamado de *falante*, pois atribuo a Jonas na primeira frase o conhecimento de saber que dia é hoje. Exatamente por isso, alguns chamam o falante da segunda frase, que nega o conhecimento a Jonas, de negador do conhecimento, em oposição ao atribuidor.

Uma crítica de sérias consequências para o contextualismo, segundo pensa MacFarlane, está justamente voltada para a questão das atribuições e negações de conhecimento (ou, mais especificamente, de verdade). Quando os padrões epistêmicos

forem aumentados, eu não apenas direi que não sei que o carro está estacionado na universidade, mas direi que *não sabia* que o carro estava estacionado na universidade. Assim, eu não apenas estou negando minha antiga frase que me atribui conhecimento, estou, além disso, dizendo que ela era *falsa*. Tratamos reivindicações de conhecimento mais antigas com padrões epistêmicos do presente e isso parece fazer-nos considerá-las falsas quando sabemos que elas eram verdadeiras.

Outro problema sério para o contextualista está em considerar “sabe” como um indexical no mesmo nível de adjetivos gradativos, como afirmado por Cohen na citação anterior. Suponha que numa situação (contexto) de alto risco, Jonas diga “Eu não sei melhor que Ronaldo se o banco será aberto amanhã” (*cf.* DeRose, 1992). No dia seguinte, Ronaldo diz “Jonas disse que não sabe melhor que eu se o banco será aberto hoje”. Aqui o termo indexical “eu” é atribuído a dois diferentes falantes em cada frase sem prejuízo de compreensão. A variação dos indexicais “amanhã” e “hoje”, ao mudar seu conteúdo, também não trouxe prejuízos para a compreensão. Porém o “sabe melhor que” *não pode* ser substituído, o que sugere que expressa uma mesma relação nas duas frases, não se comportando, assim, como os indexicais.

2.3 Distinguindo invariantismo relativo a interesses do contextualismo

Alguém pode questionar em que especificamente diferem o invariantismo relativo a interesses (nesta subseção, apenas *invariantismo*) do contextualismo, já que as duas posições aceitam uma variabilidade dos padrões epistêmicos. Em primeiro lugar, como já dito anteriormente, deve ser lembrado que o invariantista aceita essa variação,

mas independentemente do contexto de uso. Enquanto que para o contextualista o que muda é o contexto de uso, para o invariantista o que muda é a circunstância de avaliação que pode ser o tempo ou o mundo possível. Contudo essa diferença não pode ser vista quando as atribuições de conhecimento se sucedem na primeira pessoa do tempo presente, pois falante e sujeito se confundem e, nesse caso, os padrões epistêmicos em jogo no contexto de uso serão os mesmos da circunstância de avaliação. Para notarmos a diferença, o contexto de uso deve mudar, enquanto a circunstância de avaliação deve permanecer fixa ou vice-versa, além da atribuição de conhecimento ter de ser feita em terceira pessoa. Um exemplo da primeira combinação é “Jonas sabia na segunda-feira que seu carro estava estacionado na universidade” quando afirmado por Ronaldo na terça-feira e por Sandro na quarta-feira, pois o contexto de uso muda, mas a circunstância de avaliação-tempo permanece fixa. Um exemplo da segunda combinação é quando Ronaldo declara na quarta-feira: “Jonas sabia na segunda-feira que seu carro estava estacionado na universidade” e “Jonas sabia na terça-feira que seu carro estava estacionado na universidade”. Aqui, a circunstância de avaliação-tempo muda, enquanto o contexto de uso permanece o mesmo. Por fim, é sensato dizer que para o contextualista, o contexto de uso é variável e para o invariantista a circunstância de avaliação é que é variável.

3 O relativismo da verdade e suas soluções

John MacFarlane acredita, porém, que nem o contexto de uso nem a circunstância de avaliação varia, mas o que é variável é apenas o que ele chama de *contexto de avaliação*. Podemos obter a definição de contexto de avaliação em dois lugares distintos nos escritos de MacFarlane:

A noção de contexto de avaliação pode não ser familiar, mas é facilmente inteligível. Como o contexto de uso é uma situação

em que uma frase pode ser *usada*, assim o contexto de avaliação é a situação em que um uso (passado, presente ou futuro, atual ou meramente possível) de uma frase pode ser *avaliado* para verdade e falsidade (tradução nossa)³.

E em outro lugar, ele diz de forma mais resumida:

Por um ‘contexto de avaliação’, eu quero dizer simplesmente uma situação concreta em que um uso da frase está sendo *avaliado* (tradução nossa)⁴.

A posição relativista é afirmada por um predicado contextual duplo: verdade no contexto de uso C_U e no contexto de avaliação C_A . Ao invés do predicado contextual simples do contextualista: verdade no contexto de uso C . Uma frase seria sensível ao contexto no modo contextualista-padrão se o valor de verdade variasse com o contexto de uso, enquanto o contexto de avaliação se mantivesse fixo; mas seria sensível ao contexto no sentido relativista se o valor de verdade variasse com o contexto de avaliação, enquanto o contexto de uso se mantivesse fixo. Assim, no relativismo, “sabe” é sensível aos padrões epistêmicos que estão em jogo no contexto de avaliação.

O relativismo afirma resolver os três problemas anteriormente citados: o da variabilidade de padrões epistêmicos (problemático para o invariantismo estrito); o de supostos operadores modais e temporais mudarem a circunstância de avaliação

³ MacFARLANE, 2005a, p.789. “The notion of a context of assessment may be unfamiliar, but it is readily intelligible. Just as a context of use is a situation in which a sentence might be *used*, so a context of assessment is a situation in which a (past, present, or future, actual or merely possible) use of a sentence might be *assessed* for truth or falsity”. Todas as citações deste texto serão feitas com referência ao ano da publicação original, mas a paginação será referente à sua reimpressão na antologia de Sosa *et al.*

(problemático para o invariantismo relativo a interesses); o de considerar antigas atribuições de conhecimento falsas para padrões presentes e de “sabe” não se comportar como um indexical como adjetivos gradativos (problemático para o contextualismo).

Quanto à variabilidade de padrões epistêmicos, MacFarlane diz que um relativista pode afirmar “Jonas sabe que seu carro está estacionado na universidade” quando os padrões epistêmicos são frouxos porque uma frase é verdadeira quando usada e avaliada em um contexto em que os padrões são frouxos. Do mesmo modo, ele pode dizer sem complicações que “Jonas não sabe que seu carro está estacionado na universidade” quando os requerimentos são elevados porque essa outra frase é verdadeira quando usada e avaliada em um contexto em que os padrões em jogo são elevados. Assim, se cada frase é avaliada em seu respectivo contexto, não é necessário que se recorra a explicações pragmáticas. Além disso, em casos em que o contexto de uso e de avaliação coincide, o relativista recorre à mesma explicação que o contextualista.

A segunda questão que é problemática para o invariantismo relativo a interesses não é problema para sua posição, diz MacFarlane. O relativista, desse modo, não diria algo como “Jonas sabia que seu carro estava estacionado na universidade antes que os padrões fossem elevados”. Se o operador modal muda, a circunstância de avaliação não muda o contexto de avaliação. Seguindo o contextualista e o invariantista estrito nesse ponto, o relativista dirá que a semântica de “sabe” não é sensível à circunstância de avaliação.

O terceiro problema, que afeta o contextualista, a saber, o de atribuir e negar frases anteriores com padrões epistêmicos presentes e o de que “sabe” não se comporta como indexical, como os adjetivos gradativos, também segundo MacFarlane, é bem respondido pelo relativista. Quando Jonas diz que não sabe e não sabia que seu carro

⁴ MacFARLANE, 2005b, p.325. “By a ‘context of assessment’, I mean simply a concrete situation in

estava estacionado na universidade, o contextualista tem de explicar isso recorrendo à cegueira semântica, mas o relativista apenas dirá que:

Os padrões do presente *são* os padrões apropriados para uso em avaliação de asserções passadas, mesmo aquelas que forem feitas quando padrões epistêmicos muito diferentes estavam em jogo. De acordo com o relativista, as reivindicações de conhecimento são sempre apropriadamente avaliadas na luz dos padrões em jogo no contexto corrente do avaliador (tradução nossa)⁵.

MacFarlane acredita também que o relativista não precisa cometer o mesmo erro do contextualista de confundir sensibilidade a contexto e indexicalidade. Para os contextualistas, “sabe” expressa relações diferentes em contexto de usos diferentes. Porém, como vimos, uma frase pode ser sensível ao contexto sem ser indexical (*cf.* o exemplo do final da subsecção 2.2). Nesse ponto, o relativismo de MacFarlane se equipara ao contextualismo não indexical de Nikola Kompa que vai de encontro ao contextualismo-padrão, defendendo que “sabe” é sensível ao contexto, mas não é um indexical. Por separar os termos que eram usados como intercambiáveis, ela rompe com o modo canônico em que esses dois termos eram usados na literatura. Kompa, além disso, quer que entendamos os adjetivos gradativos (plano, bom, alto, baixo) também deste modo, não como indexicais, apenas como termos sensíveis ao contexto que ela nomeia de *não específicos*. Se, porém, coube a Kompa diferenciar sensibilidade ao

which a use of the sentence is being *assessed*”.

⁵ MacFARLANE, 2005a, p.790. “The present standards *are* the appropriate standards to use in assessing past assertions, even ones that were made when very different epistemic standards were in play.

contexto de indexicalidade, coube ao próprio MacFarlane batizar esta nova vertente de *contextualismo não indexical*, embora Kompa não deixe claro se essa era sua intenção. Os não indexicalistas acreditam que são imunes às objeções que atacam a indexicalidade de “sabe”. O problema é que os contextualistas da forma-padrão usam argumentos em favor da sensibilidade ao contexto para provar a indexicalidade de “sabe”, enquanto seus oponentes usam argumentos contra a indexicalidade com a intenção de ser contra a sensibilidade ao contexto. Assim, segundo MacFarlane, o que podemos no máximo afirmar é que as objeções contra indexicalidade derrotam apenas a forma de contextualismo-padrão⁶.

Por determinar outro sentido para esses termos⁷, o contextualismo não indexical e o relativismo não passam pelos mesmos problemas. Para seus defensores, “sabe” expressa a mesma relação em cada contexto de uso⁸, o que faz as atribuições de conhecimento não se comportarem como indexicais. Nesse ponto, poderíamos perguntar em que a posição relativista difere do contextualismo não indexical. A diferença é sutil, enquanto o relativista toma as circunstâncias determinadas pelo contexto de uso C_U e o contexto de avaliação C_A por serem $\langle m, t, p \rangle$, onde m = mundo de C_U , t = tempo de C_U e p = padrões epistêmicos em jogo em C_A , para o contextualista não indexical m e t são iguais ao relativista, mas p = padrões epistêmicos em jogo em C_U (e não em C_A)⁹.

According to the relativist, knowledge claims are always properly assessed in light of the standards in play at the assessor's current context”.

⁶ MacFARLANE, 2009a, p.11.

⁷ A definição é distinta por MacFarlane em *Nonindexical contextualism*, p.2, do seguinte modo: “Uma expressão é *indexical*, se e somente se, seu *conteúdo* em um contexto depende dos traços do contexto”; e também “Uma expressão é *sensível ao contexto*, se e somente se, sua *extensão* em um contexto depende dos traços do contexto”. [ênfase do autor] Para MacFarlane, seguindo Kaplan, o conteúdo de uma frase em um contexto é uma proposição. Ele caracteriza este sentido de indexicalidade como “indexicalidade larga”.

⁸ Em MacFARLANE, 2007, p.247-8, é-nos dito que o contextualismo não indexical pode ser descrito como uma marca do minimalismo semântico, em que uma frase também expressa a mesma relação em cada contexto de uso.

⁹ MacFARLANE, 2005a, p.792.

Ainda, o comprometimento com a verdade para o relativista é o que MacFarlane denomina *comprometimento com a asserção*. Quando alguém afirma que p no contexto C_U , ele deve fornecer fundamentos para sustentar p relativo a C_U e ao contexto de avaliação atual quando desafiado por outro. O relativista só está desobrigado dessa tarefa se retirar sua afirmação. Por isso, o contexto de avaliação relevante é o contexto em que aquele que faz a afirmação avalia a refutação à qual ele agora está obrigado a responder.

O comprometimento com a verdade faz também com que, para o relativista, uma proposição seja verdadeira no contexto de uso C_U e no contexto de avaliação C_A , apenas se ela for verdadeira na circunstância de avaliação determinada por C_U e C_A . Isso implica, por exemplo, que o contexto de uso e o contexto de avaliação sempre determinarão *a mesma* circunstância de avaliação. Assim, levam-se em conta a circunstância de avaliação determinada pelo contexto de uso e o contexto de avaliação $C_U = C_A$, e nunca $C_U \neq C_A$ ¹⁰, embora o relativista ainda afirme que esta última combinação deva ser permitida.

Dadas essas nuances de sua teoria, MacFarlane acredita que concilia os benefícios do invariantismo relativo a interesses e do contextualismo e rejeita as consequências desagradáveis enfrentadas por essas posições. Fazendo isso, ele defende que o relativismo da verdade é uma posição mais sólida sobre atribuições de conhecimento que suas concorrentes.

¹⁰ MacFARLANE, 2005b, p.327.

4 Apostando contra o relativismo

Tanto o invariantismo relativo a interesses quanto o contextualismo são duas posições classicamente estabelecidas sobre atribuições de conhecimento. Embora concorrentes, são duas posições poderosas também. Nesta seção, pretendemos avaliar a posição de MacFarlane. Veremos que ela herda uma semântica não ortodoxa sobre proposições devida a David Kaplan, veremos também que ela não nos esclarece em pontos importantes e, por fim, veremos que suas soluções parecem apenas palavras construídas, fabricadas sob medida, como mero *ad hoc* para criar um sentido para o relativismo.

4.1 A herança de Kaplan

Existe uma disputa sobre a verdade de proposições encabeçada por *temporalistas* e *eternalistas*. Dada uma frase como “Deise está deitada”, o temporalista dirá que essa frase tem *a mesma* proposição tanto às 6 horas da manhã como às 10 horas da manhã. A proposição que ela expressa nos dois horários é *Deise está deitada*. Contudo ela tem valores de verdade relativos à circunstância de avaliação-tempo, podendo ser verdadeira às 6 horas da manhã e falsa às 10 horas da manhã. O eternalista, por sua vez, sustentará que a frase “Deise está deitada” expressa proposições *diferentes* quando dita em tempos diferentes. Assim, a primeira proposição pode expressar que *Deise está deitada às 6 horas da manhã do dia 26 de março de 2010* e a outra proposição pode expressar que *Deise está deitada às 10 horas da manhã do dia 26 de março de 2010*. Aqui, os valores de verdade não são o motivo de disputa, já que para eles uma ocorrência de “Deise está deitada no tempo t” só será verdadeira se Deise estiver deitada no tempo t. O ponto de discordância está em como essa condição é alcançada. O temporalista dirá que a frase tem valores de verdade diferentes através do

tempo, apenas porque *a única proposição expressa* pela frase tem seus valores de verdade *relativos* a diferentes tempos de avaliação. Assim, um avaliador pode em um dado tempo (6 horas da manhã) imprimir certo valor de verdade para a proposição, e um avaliador diferente pode em um tempo diferente (10 horas da manhã) imprimir outro valor de verdade para a mesma proposição. O eternalista, por outro lado, dirá que a frase tem seus valores de verdade variando através do tempo, porque *duas proposições diferentes foram expressas* em tempos diferentes. Essas proposições têm valores de verdade diferentes e eternos em cada circunstância de avaliação.

A tradição temporalista à qual aderem o relativista e o contextualista não indexical é devida a David Kaplan. Ele defende que a noção de verdade deve ser relativizada para um contexto:

Se c é um contexto, então uma ocorrência de Φ em c é verdadeira se, e somente se, o conteúdo expresso por Φ neste contexto é verdadeiro quando avaliado com respeito à circunstância do contexto (tradução nossa)¹¹.

Em Kaplan, essa circunstância do contexto é a mesma circunstância de avaliação que nós consideramos neste artigo. Ele diz que essa circunstância de avaliação pode ser tempo e mundo possível e talvez outros traços não padrões. O que ele chama *conteúdo* pode-se entender pelo que tradicionalmente conhecemos por *proposição*¹². Assim, uma proposição é uma expressão de uma frase num dado contexto e sua avaliação resultará em um valor de verdade. Operadores modais seriam aplicáveis a

¹¹ KAPLAN, 1989, p.522. "If c is a context, then an occurrence of Φ in c is true iff the content expressed by Φ in this context is true when evaluated with respect to the circumstance of the context".

mundos possíveis, e operadores temporais a circunstância de avaliação-tempo. Kaplan conclui que se um operador temporal for empregado em uma frase que expressa uma proposição eterna, ele seria redundante, já que não seria temporal e não teria, assim, nenhum efeito semântico. Por isso, o modo correto de olhar para proposições deve ser o modo temporalista e, conseqüentemente, relativista.

Kaplan rejeita a semântica clássica para proposições quando relativiza a verdade para estas. Ele, além disso, não justifica a existência de operadores temporais para proposições. Jason Stanley diz que há melhor evidência para que eles sejam na verdade predicados de tempo do que operadores de frases¹³. Um exemplo disso pode ser visto quando consideramos *sequência de tempo*. Na frase *Bruno viu que Deise estava deitada*, dada uma leitura eternalista, a visão de Bruno e o tempo em que Deise estava deitada coincidem. E essa é a leitura natural que fazemos. Contudo, numa leitura temporalista, em que o tempo passado seria um operador, Bruno seria apenas um avaliador da proposição, e sua visão seria a de que Deise estava previamente deitada, ou seja, ela estava deitada antes da visão de Bruno como avaliador. Essa leitura seria estranha. Por fim, toda tese temporalista de Kaplan baseia-se na acusação de que não pode haver operadores temporais redundantes e, assim, não haveria proposições eternas. Mas o fato é que parece não haver, na verdade, nenhum operador temporal afinal.

A noção de proposição relativa de Kaplan é incompatível com a noção fregeana que defende que a verdade das proposições é absoluta. Ela também vai de encontro à concepção mais moderna de que proposições são relativas, de algum modo, *apenas* a mundos possíveis. Assim, tanto a semântica clássica como a falta de evidência de operadores temporais, como a leitura estranha que eles dariam às proposições, parecem minar a tese de Kaplan de que proposições são relativas aos operadores temporais. Se assim for, visto que o relativismo sobre atribuições de conhecimento está

¹² *Ibid*, p.500.

preso a essa concepção, temos um bom motivo para não sermos relativistas quanto às atribuições de conhecimento.

4.2 Pontos obscuros do relativismo e explicações *ad hoc*

Um dos grandes trunfos de MacFarlane é o de introduzir a noção de contexto de avaliação. Contudo devemos ser cautelosos com relação a esse trunfo, pois a definição dada por MacFarlane é uma mera petição de princípio que não nos esclarece o que de fato possa ser o que ele chama de contexto de avaliação. Do contrário, por que me diria alguma coisa a definição de que um *contexto de avaliação* é uma situação em que uma frase é *avaliada*? Isso parece apenas uma mistura confusa do contexto de uso defendido pelo contextualista e da circunstância de avaliação defendida pelo invariantista relativo a interesses. Porém, mesmo que essas duas últimas noções sejam bem mais claras, não é o caso para o contexto de avaliação.

Encontramos outro problema com a noção de predicado contextual duplo. Embora o predicado contextual simples do contextualista nos seja claro, não podemos dizer o mesmo da noção advogada por MacFarlane. Além do problema de vagueza da noção de contexto de avaliação, MacFarlane diz que não é necessário fornecer a definição para “verdade no contexto de uso C_U e no contexto de avaliação C_A ”. Mas por que razão ele diz que não temos necessidade de saber a definição do predicado contextual duplo? A única razão que ele nos dá é que, sem tal definição, nossa

¹³ STANLEY, 2005, p.135-6.

preocupação com ela deve abrandar¹⁴. Contudo a necessidade de definições das noções centrais da posição de MacFarlane não pode ser disfarçada por sua retórica. Outro problema é que se todas as circunstâncias de avaliação são compatíveis com C_U e C_A , então nunca se poderá ter circunstâncias de avaliação em que C_U e C_A sejam diferentes. Mas se este é o caso, qual a necessidade que temos de um contexto de avaliação para o problema de atribuições de conhecimento? Podemos muito bem ficar satisfeitos apenas com o contexto de uso do contextualista que é uma noção bem mais respaldada e acessível. Assim, novamente, recorrer a um contexto de avaliação não é justificável.

A obscuridade das noções centrais do relativismo de MacFarlane implica o fato que suas construções explicativas para resolver os problemas das posições concorrentes são meros *ad hoc*. Com relação à variabilidade de padrões, se o contexto de avaliação é obscuro, fica difícil saber que papel ele desempenha na resolução do problema. Ele tanto é ineficaz que o contextualista se aparta desse problema apenas recorrendo ao contexto de uso. Com relação ao problema dos operadores modais e temporais que desqualificam a explicação do invariantista relativo a interesses, o relativismo parece não se sair melhor, porque recorre à noção estranha, devida a Kaplan, de operador temporal (*cf.* sub-seção 4.1). Porém, mesmo que seja levado em conta apenas o operador modal, o contextualista e o invariantista estrito se apartam do problema sem precisarem ter no seu escopo explicativo a noção de contexto de avaliação.

Sobre o problema de atribuir e negar frases anteriores usando padrões epistêmicos presentes, não é suficiente para o relativista afirmar que elas são sempre apropriadamente avaliadas no contexto corrente do avaliador. Ele precisa dizer como isso é feito; caso contrário, isso não passa de uma mera afirmação. Não basta também dizer que padrões epistêmicos presentes são aqueles apropriados para avaliação de

¹⁴ MacFARLANE, 2005b, p.337.

afirmações passadas. Ele precisa nos dizer por que eles são apropriados afinal. MacFarlane, novamente, precisa fazer muito mais, além do que só afirmar. Ele precisaria dar mais detalhes de como essas avaliações poderiam ser feitas. O último ponto em que MacFarlane acredita que sua posição é mais bem-sucedida que o contextualismo-padrão, por exemplo, é que ela não confunde sensibilidade ao contexto com indexicalidade. Para isso, como vimos, ele recorre a três parâmetros para as circunstâncias $\langle m, t, p \rangle$. Contudo ele precisa justificar tanto que existe um operador para t , ou seja, um operador temporal no sentido de Kaplan, quanto um operador para p , ou seja, um operador para o padrão epistêmico. Stanley forneceu um argumento para rejeitarmos o parâmetro para o padrão epistêmico. De um modo formal, ele seria:

- (1) Nós somente permitimos um parâmetro de circunstâncias se houver um operador que o mude.
- (2) Não há operador que mude os padrões epistêmicos.
- (3) Portanto nós não permitiremos um parâmetro do padrão epistêmico.

Em resposta, MacFarlane diz que o argumento de Stanley é arbitrário. Ele diz que, embora não questione a premissa (2), a (1) é contestável. Ele pergunta por que a única razão que devemos levar em conta é um operador que mude o parâmetro. Por que não procurar outras razões para aplicar o parâmetro que não essa? A questão é que essa é simplesmente a prática-padrão. Do contrário, infinitas circunstâncias de avaliação permeariam a literatura sobre atribuições de conhecimento. Além disso, se MacFarlane tem um critério melhor para avaliá-las, ele deveria fornecê-lo. Quando juntamos todos

esses fatos, parece claro que a posição de MacFarlane é construída sob medida, embora isso seja negado por ele. O relativismo não nos esclarece sobre os problemas clássicos sobre atribuições de conhecimento; na verdade, gera mais confusão do que respostas. Assim, o relativismo não é uma posição menos problemática que o contextualismo e o invariantismo relativo a interesses. O que este artigo sugere é que essas duas últimas posições são mais claras e, embora com seus respectivos problemas, também são melhores que o relativismo.

Conclusões

Neste artigo, vimos uma posição recente, sobre atribuições de conhecimento, chamada relativismo da verdade e defendida por John MacFarlane. A sugestão inicial de tal posição era a de resolver os problemas comuns ao invariantismo estrito, ao invariantismo relativo a interesses e ao contextualismo. Para isso, o relativismo aceita em seu escopo explicativo as nuances bem-sucedidas de suas concorrentes. Assim, embora defenda de modo diferente, ela aceita as noções de circunstância de avaliação do invariantista relativo a interesses e a noção de contexto de uso do contextualista. Contudo, como podemos ver, o incremento em seu escopo explicativo da noção de contexto de avaliação gera mais problemas do que soluções.

Vimos como o relativismo herda uma noção estranha à semântica ortodoxa de relativismo proposicional, noção devida a David Kaplan. Os argumentos para aceitarmos o temporalismo não são fortes. Além do mais, o relativismo, como produzido por MacFarlane, deixa muitos pontos importantes de sua explicação não iluminados. A posição é apenas afirmada sem maiores detalhes. Isso nos levou a argumentar que as nomenclaturas parecem ser construídas como mero *ad hoc* para solucionar os problemas encontrados na literatura sobre atribuições de conhecimento. Por fim, concluímos que tais razões fazem com que o relativismo, como exposto por

MacFarlane, não forneça melhores razões para alguém abandonar o contextualismo e o invariancismo relativo a interesses. Na verdade, essas são posições bem mais estabelecidas e com noções bem mais claras do que o relativismo e isso faz com que devam ser preferidas.

Referências

COHEN, Stewart. How to be a fallibilist. **Philosophical Perspectives**, v. 2, p. 91-123, 1988.

DeROSE, Keith. Contextualism and knowledge attributions. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 52, p. 913-929, 1992.

KAPLAN, David. Demonstratives: An essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals. *In*: ALMOG, Joseph, PERRY, John e WETTSTEIN, Howard (eds.). **Themes from Kaplan**. New York: Oxford University Press, 1989. pp.481-563.

MacFARLANE, John. The assessment sensitivity of knowledge attributions. *In*: SOSA, Ernest *et al.* (eds.) **Epistemology: an anthology**. 2. ed, Oxford: Blackwell, 2008, p.779-799. Reimpresso do original, GENDLER, T. Szabó ; HAWTHORNE, John (eds.). **Oxford Studies em Eistemology**, v. 1, 2005a.

_____. Making sense of relative truth. **Proceedings of the Aristotelian Society**. v 105, p.321-339, 2005b.

_____. Semantic minimalism and nonindexical contextualism. *In*: PREYER, G. ; PETER, G. **Context-sensitivity and semantic minimalism: new essays on semantics and pragmatics**. New York: Oxford University Press, 2007.p. 240-250.

_____. **Nonindexical contextualism** (Versão *draft*, p.1-26). **Synthese**, v. 166, p.231-250, 2009a.

_____. **Relativism and knowledge attributions**, 2009b. (No prelo).

STANLEY, Jason. **Knowledge and practical interests**. New York: Oxford University Press, 2005.